



MARIALVA

Prefeitura protocola na Câmara projeto de adesão ao consórcio de vacinas

9 de março de 2021

Data	Fonte	Crédito da Imagem
9 de março de 2021	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	

Foi protocolado no início da tarde de hoje na Câmara Municipal de Marialva o Projeto de Lei do Executivo 07/2021, que autoriza a entrada do Município no consórcio mobilizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para a compra direta aos laboratórios de doses de vacinas contra a Covid-19.

O projeto deverá ser votado pelos vereadores em regime de urgência e com dispensa de interstício na segunda-feira (15), após passar por análise das Comissões Permanentes. O prazo para que a lei seja encaminhada à FNP é até o dia 19 de março.

O Presidente da Câmara, vereador Paulinho (PL), que esteve acompanhando na manhã de hoje (9) a vacinação de idosos e de trabalhadores do setor privado de saúde, garantiu urgência na votação e disse que não há dúvidas de que todos os vereadores apoiam a participação do Município no consórcio que vai fortalecer o fornecimento das vacinas aos marialvenses".

"Nossa esperança é que haja maior velocidade na obtenção das doses necessárias para imunizarmos a população marialvense. Assim, vamos pouco a pouco nos aproximando da superação desta pandemia", comentou o prefeito.

Sobre o consórcio

O Prefeito Victor Mariniti (PP) manifestou o interesse do Município em aderir ao consórcio no dia 2 de março. No Paraná, 250 dos 399 Municípios sinalizaram o interesse de adesão ao consórcio. Em todo o Brasil, 1.703 Prefeituras pretendem aderir ao consórcio.

A ideia do consórcio é possibilitar que as Prefeituras possam comprar insumos, vacinas e medicamentos caso o Plano Nacional de Imunização, coordenado pelo Ministério da Saúde, não seja capaz de imunizar toda a população. A ação tem respaldo jurídico na decisão do Supremo Tribunal Federal que em 23 de fevereiro autorizou a compra de vacinas contra a Covid-19 diretamente por estados e municípios.

O fato da cidade estar apta a adquirir o imunizante por meio do consórcio não impede aquisições diretas ou recebimento via Ministério da Saúde.